

O Partido Comunista Brasileiro e Cuba nos anos 1960: defesa da revolução e crítica ao foquismo¹

Jean Rodrigues Sales*

Resumo. O objetivo do artigo é analisar as relações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com a revolução cubana na década de 1960. Parte do pressuposto de que essa revolução representou um marco na história do socialismo no continente latino-americano. Uma das marcas distintivas dessa história foram as divergências dos partidos comunistas com os cubanos, na medida em que estes questionavam variados aspectos das propostas dos comunistas.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro (PCB). Revolução Cubana. Década de 1960.

Introdução

A revolução cubana causou um grande impacto sobre as esquerdas latino-americanas nos anos 1960 e 1970. Uma vez vitoriosa em 1959, os seus protagonistas passaram a proclamar o modelo como válido para o conjunto do continente, o que a levaria a representar um marco na história do socialismo e das lutas revolucionárias na América Latina. Michael Löwy (1999, p. 9-10), ao fazer uma periodização da história do marxismo latino-americano, destaca a revolução cubana como o ponto de referência para a ascensão de correntes radicais no

* Doutor em História Social pela UNICAMP. Professor Adjunto do Departamento de História e Economia (DHE), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: jeanrodrigues5@yahoo.com.br

continente, que tinham em comum a defesa da natureza socialista da revolução e a legitimidade da luta armada.

Juan Carlos Portantiero (1985, p. 333-357), também tratando do marxismo latino-americano no século XX, aponta o princípio dos anos 1960 como marco de uma nova etapa de sua história, caracterizada pela influência do “castrismo” “enquanto fusão ideológica de nacionalismo e de socialismo”, bem como pela influência do “guevarismo” e do “foquismo” como inspirações políticas. A influência cubana pode ser identificada em dois momentos. Inicialmente, foi mais por simpatia aos revolucionários do que por fruto de uma decisão elaborada pelo novo centro de poder socialista. Em uma segunda fase constituiu-se o apoio ativo de Cuba aos novos revolucionários do continente, o que definiria uma oposição inicialmente silenciosa, mas logo depois explícita, em face dos partidos comunistas. Estes, por sua vez, viram com desconfiança o surgimento e a expansão das idéias cubanas no continente.

Por fim, ainda no que diz respeito ao significado mais amplo da revolução cubana sobre as esquerdas latino-americanas, a sua importância aparece por dois aspectos que hoje, segundo Castañeda (1994), costumam ser ignorados. Em primeiro lugar, desde a expedição do *Granma*, em 1956, foi incessante a luta armada revolucionária na América Latina. Além disso, em todos os países do continente a esquerda foi influenciada por cuba. A esquerda como um todo,

[...] partidos comunistas, intelectuais, dirigentes sindicais e ex-caudilhos populistas – converteu-se à linha cubana ou dividiu-se entre pró-cubanos e o resto: ortodoxos, comunistas pró-soviéticos, defensores dos governos locais e partidários da noção de uma aliança com a ‘burguesia nacional’.
(CASTAÑEDA, 1994, p. 27).

No Brasil, a vitória de uma revolução nesse pequeno país da América Central causou grande debate em suas esquerdas. Para alguns autores, esse impacto pode ser visto como um divisor de águas na trajetória política das organizações comunistas brasileiras, pelo menos no que diz respeito aos seus projetos revolucionários. De fato, a revolução cubana questionava pelo menos três aspectos

da estratégia dos comunistas que estavam cristalizadas entre os dirigentes brasileiros. Primeiro, atualizava a idéia da possibilidade de uma revolução imediatamente socialista no continente, contrária ao caminho proposto pelos partidos comunistas, que era o de uma revolução feita em duas etapas. Em segundo lugar, a guerrilha vitoriosa em Cuba colocava em xeque o pressuposto de que a revolução no continente latino-americano seria pacífica, como apregoavam os partidos comunistas (PC's). Enfim, o fato de a revolução cubana ter sido liderada pelo grupo 26 de Julho levou muitos militantes a questionarem o papel de vanguarda dos PC's no processo revolucionário².

Cuba: o sonho realizado

O PCB, assim como o restante da esquerda brasileira, apoiou prontamente a revolução cubana. Nas páginas de seu jornal podemos ver o entusiasmo com que foi saudada a vitória de Fidel Castro. Não era para menos, uma vez que se tratava da derrubada de uma das piores ditaduras do Caribe, que dava lugar a um governo de jovens nacionalistas liderados por Castro, prometendo democratizar o país e fazer reformas de caráter político, econômico e social, a começar pela reforma agrária. Ao mesmo tempo, era inegável o golpe que fora dado pelo Movimento 26 de julho contra a penetração do imperialismo norte-americano no continente. Não seria algo muito parecido que o PCB almejava para o Brasil no início dos anos 1960 ao apoiar João Goulart e sua proposta de reformas de base? Essa pelo menos foi a primeira leitura que o PCB fez da revolução cubana: os resultados da revolução em Cuba demonstrariam e exemplificariam o acerto da política do partido no Brasil³. Nesse caminho, apresentava a revolução cubana como a concretização do modelo apregoado pela teoria revolucionária tributária da III Internacional (IC): ela teria sido autenticamente nacional, golpeava diretamente o imperialismo norte-americano e buscava a verdadeira independência nacional⁴.

Para explicar o significado dessa revolução, o PCB publicou um artigo do Secretário Geral do Partido Popular Socialista (essa era a denominação do partido comunista cubano), Blas Roca. O dirigente aponta as principais tarefas que estavam em realização em

Cuba pós-revolucionária: independência completa e soberania da nação; reforma agrária contra o latifúndio e “outros restos feudais”; desenvolvimento econômico sobre base independente; aprofundamento da democracia. Diante disso, Roca afirmava, de forma bastante eclética, que a revolução era “patriótica e democrática, nacional-libertadora e agrária”⁵.

No que diz respeito à luta revolucionária, o PCB entendia ter sido ela dirigida por uma aliança entre a “classe operária”, as “massas camponesas”, a “burguesia nacional” e “outras camadas” que compreenderam que a nação cubana via-se “literalmente oprimida pelo imperialismo norte-americano”⁶. Frente a essas características, Luis Carlos Prestes afirmou que

[...] com a vitória da Revolução Cubana e as realizações do governo revolucionário de Fidel Castro, nossa luta pelo progresso, que implica na conquista da independência econômica, na libertação do jugo imperialista e na reforma agrária que acabe com os restos feudais e a grande propriedade latifundiária, adquire maior consistência, sai, por assim dizer, do terreno da teoria para o da prática. *Tudo aquilo que poderia até ontem parecer um sonho, que muitos sabichões afirmavam irrealizável ou apenas possível noutras terras, materializou-se na pequena ilha do Caribe.*⁷

Considerada como materialização no continente americano da estratégia revolucionária comunista, a revolução cubana será apontada como um exemplo para o Brasil. Assim, ainda nas palavras de Prestes, “a revolução cubana ensinava e revelava a própria força do PCB” e “a viabilidade dos objetivos revolucionários apontados pelos comunistas e demais correntes efetivamente progressistas, democráticas e antiimperialistas da América Latina”⁸. Outro membro do PCB, Marco Antonio Coelho, apontava detalhes acerca do modo como a revolução cubana contribuía para a luta dos brasileiros. Em primeiro lugar, estava o fato de Cuba ter transformado um esquema teórico geral (o da defesa de uma revolução antiimperialista e antifeudal) em “realidade viva”. Dessa forma, se antes era necessário apelar

para longas explicações teóricas a fim de convencer a população, agora bastava indicar que “o necessário a se fazer aqui é aquilo que se faz em Cuba”:

[...] a reforma agrária com a divisão dos latifúndios; a luta sem quartel contra as empresas imperialistas; a solução do gravíssimo problema da habitação popular, através da reforma urbana e da construção de dezenas de milhares de casas populares; a modificação radical do sistema de educação para liquidar o analfabetismo e dar escola aos trabalhadores, etc. *Assim, o nosso trabalho para educar revolucionariamente o povo brasileiro foi facilitado de forma extraordinária, com o exemplo cubano emocionante e convincente.*⁹

As primeiras divergências

Em que pese o esforço do partido em demonstrar que a revolução cubana seguira o roteiro previsto pelas teses comunistas, logo surgiram dúvidas no interior do PCB sobre a interpretação e o significado político do processo revolucionário cubano¹⁰. Na verdade, aspectos heterodoxos da revolução – principalmente no que diz respeito ao uso da guerra de guerrilhas – passaram a exercer uma influência considerável nas críticas sofridas pelo PCB mesmo antes de 1964¹¹. Este quadro pode ser medido pela preocupação crescente de sua direção em combater idéias inspiradas por Cuba e contrárias à orientação partidária, o que levaria o PCB, segundo Michael Löwy (1999, p. 53), a se tornar o partido comunista latino-americano que experimentaria a crise mais profunda relacionada ao impacto da revolução cubana.

As divergências do PCB com Cuba apareceram inicialmente de forma discreta, uma vez que o partido era um dos maiores defensores do regime cubano diante da constante ameaça norte-americana de invadir a ilha. Mesmo nos momentos de maior crise, o partido não fez ataques abertos aos cubanos, evitando assim fortalecer o posicionamento de setores conservadores no Brasil que eram contrários àquela

revolução (COELHO, 2000, p. 321). Desse modo, era necessário responder aos membros partidários mais influenciados pelo ideário revolucionário cubano, mas sem deixar dúvida quanto à defesa do “primeiro território livre da América”, como era entusiasticamente denominado aquele país. De qualquer forma, quando um dirigente do PCB chega a indagar que Cuba, “aquela ilha pequenina, já fez sua revolução e nós aqui no Brasil não fizemos revolução nenhuma” (MORAIS; VIANA, 1982, p. 234), tornava-se necessário dar uma resposta ao conjunto partidário. Foi nesse momento que o partido começou a se posicionar mais claramente a respeito dos aspectos que envolviam a revolução cubana e que estavam sendo utilizados como argumentos para se criticar a política dos comunistas no continente latino-americano de maneira geral, e do PCB em particular.

Ainda em março de 1959, apenas três meses após o triunfo revolucionário em Cuba, a direção partidária demonstrou a sua preocupação com o tipo de interpretação que essa revolução suscitava em suas fileiras. Para os dirigentes, setores do partido não demonstravam o devido entusiasmo pelo “movimento de massas” e pelo “caminho pacífico da revolução”. Essa concepção decorreria da idéia predominante de que somente os meios ilegais ou violentos poderiam ser considerados revolucionários, sendo o caminho pacífico um idílio entre as classes. Assim, “há quem se refira à luta armada vitoriosa do povo cubano contra a ditadura de Batista como um exemplo a ser seguido”¹², o que seria um grande erro, pois

[...] este exemplo, precisamente, demonstra que as massas empregam a luta armada em resposta à violência da reação. Contra a ditadura sanguinária de Batista, que suprimiu as liberdades, afogou em sangue as greves operárias e as lutas estudantis e populares, o único caminho possível foi o da insurreição¹³.

Para o PCB, a experiência do povo cubano teria sido sumamente importante para o desenvolvimento da luta revolucionária no continente, e merecia ser estudada com cuidado. Seria, porém, errôneo “pretender transplantá-la para outros países onde a situação política, nas condições atuais, é diferente da situação em que se encontrava Cuba sob o jugo de Batista”¹⁴. Mário Alves, um dos

principais dirigentes do partido no início dos anos 1960, formulou a interpretação que deveria ser adotada pelos militantes em relação a Cuba. Ao fazer uma resenha que apresentava o livro lançado por Almir Matos, *Cuba: a revolução na América* (1961), Alves discorre sobre algumas apreciações “errôneas” que estariam sendo feitas em relação ao significado da revolução ocorrida em Cuba. Em primeiro lugar, haveria aqueles que, partindo de aspectos particulares do processo revolucionário cubano, o apresentavam como uma negação frontal da teoria marxista sobre as revoluções de libertação nacional e as revoluções socialistas, não faltando os que utilizavam aspectos “falsamente” analisados dessa revolução, para justificar suas “próprias ideias falsas sobre os caminhos da revolução na América Latina”¹⁵.

Uma segunda interpretação, ainda de acordo Mário Alves, era a de que a revolução cubana teria sido dirigida pela burguesia nacional. Essa concepção exagerada do papel da burguesia procurava diminuir o significado da participação do proletariado, dos camponeses e de outras forças revolucionárias, levando à negação da tese marxista sobre a hegemonia da classe operária¹⁶. Mais uma tese equivocada que o livro de Almir Matos esclarecera era a de que a revolução cubana teria comprovado a tese “revisionista” de que o socialismo poderia ser vitorioso sem um partido baseado nos princípios marxista-leninistas. Ao contrário, Matos demonstrara o papel fundamental desempenhado pelo PSP nessa revolução¹⁷. Finalmente, contra todos os que apontavam a revolução cubana como a negação da “teoria revolucionária da classe operária”, Mário Alves afirma que

[...] a revolução cubana é uma notável confirmação histórica da vitalidade dos seus princípios básicos. Precisamente quando se acentuam as tentativas dos revisionistas para ‘superar’ ou ‘renovar’ o marxismo-leninismo, declarando-o caduco, ele brota com vigor juvenil e floresce triunfante nas terras da América. De outro lado, pela riqueza de suas peculiaridades, pela originalidade das soluções que deu a vários problemas, a revolução cubana confirma igualmente a validade do método marxista, porquanto refuta o esquematismo seco e estéril das concepções dogmáticas¹⁸.

Jacob Gorender, outro importante dirigente do PCB no período em questão, também refutava a tentativa daqueles que pretendiam utilizar a revolução cubana para desacreditar a política do partido. Para Gorender, isso apareceria nas apreciações sobre dois pontos fundamentais do processo revolucionário cubano. O primeiro, reside no papel desempenhado pelos comunistas cubanos na revolução, que não teriam nada feito na luta contra a ditadura de Batista, tendo somente colhido os frutos da vitória. O segundo, diz respeito à participação da burguesia nacional na revolução, que estaria sendo superestimado por aqueles que também superestimam o papel da burguesia na luta anti-imperialista no Brasil, apresentando-a aqui e em Cuba como a dirigente da primeira etapa da revolução. Ao contrário disso, para Gorender

[...] se a revolução cubana pôde triunfar, isto se deu porque, desde o início e em todo o seu transcurso, estiveram à sua frente os operários (principalmente assalariados da lavoura canavieira), os camponeses e a ala radical da pequena burguesia urbana. E se a revolução cubana pôde transpor, com tanta rapidez e energia, os limites da etapa antiimperialista e democrática, transformando-se em revolução socialista, isto se deu porque na sua orientação política triunfou a ideologia do proletariado¹⁹.

Nem todos os membros do PCB tinham a mesma convicção de Gorender sobre o papel desempenhado pelo proletariado na revolução cubana. Em um suplemento sobre Cuba publicado no jornal *Novos Rumos*, Jover Telles, ao tratar da implantação do socialismo na ilha de Fidel, afirma que o processo revolucionário “entrou em ascensão” com a atividade de um pequeno grupo que desembarcou na *Sierra Maestra*. Telles defende ainda que no “início os camponeses constituíram a força principal da revolução” e que o proletariado, no princípio da fase armada da revolução, “atrasou-se momentaneamente” na luta, ainda que depois tenha conquistado o seu lugar de vanguarda²⁰.

Disputa e diversificação das esquerdas

Nos primeiros anos da década de 1960, a preocupação do PCB em discutir o significado da revolução cubana não se dava por simples gosto pelas disputas teóricas e ideológicas. Ela revela o impacto que o exemplo de Cuba exercia em amplos setores da esquerda brasileira, o que contrariava as propostas do partido. É preciso lembrar que o Brasil vivia um delicado momento político e que havia uma grande mobilização social em torno das mudanças pelas quais passavam o país, com destaque para o surgimento de organizações ligadas aos trabalhadores do campo e da cidade. O PCB desempenhava um papel significativo nesse que foi o momento de maior importância política em toda a sua trajetória, o que não impedia que houvesse divergências em seu interior sobre a tática política adotada no período.

Além das discussões internas, é necessário considerar que foi também neste momento que surgiram várias organizações socialistas e comunistas que ameaçavam a hegemonia do PCB no espectro das esquerdas²¹. Surgiram, entre outras, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), fruto de uma cisão causada por divergências no interior do próprio PCB; a Ação Popular (AP), organização oriunda da esquerda cristã que defendia inicialmente um socialismo independente da influência soviética; a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), grupo formado a partir de diversas influências teóricas, que vai fazer uma defesa intransigente da revolução socialista e, por fim, as Ligas Camponesas, que surgiram na segunda metade dos anos 1950, e que, pelo menos um de seus setores, entraria em conflito com as orientações do PCB no início dos anos 1960²².

O Movimento Comunista Internacional (MCI) também passava por modificações importantes. Pelo menos desde 1956, com os acontecimentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o MCI perdera o seu caráter monolítico, o que se acentuou com o cisma sino-soviético. Ao mesmo tempo, havia o surgimento do maoísmo no início dos anos 1960 como uma corrente revolucionária alternativa à perspectiva soviética, atraindo variados grupos que eram contrários à política dos partidos comu-

nistas pró-Moscou na América Latina. Por fim, como já indicamos acima, viu-se o aparecimento do castro-guevarismo, que veio a exercer forte influência sobre a nova esquerda.

É, portanto, em um momento marcado pela ascensão política de setores populares, pelo surgimento de várias organizações comunistas que aos poucos ameaçavam a preponderância pecebista e o aparecimento de correntes políticas e ideológicas alternativas ao modelo soviético dentro do MCI, que devemos entender as discussões que os dirigentes do PCB fazem no início dos anos 1960 sobre o significado político da revolução cubana para a estratégia revolucionária no Brasil. Em outras palavras, o partido precisava fazer a defesa de sua linha política diante das outras correntes de esquerda que surgiam apresentando propostas diferentes da sua para o desenlace da revolução brasileira, uma vez que, muitas delas, apoiavam-se no exemplo cubano.

Não foi por outro motivo que o PCB esteve preocupado com o destino das Ligas Camponesas no início dos anos 1960. Esta organização, que havia surgido por volta de 1955, ganhou destaque nacional através da figura de seu principal líder, Francisco Julião. As Ligas, que surgem propondo uma reforma agrária dentro dos marcos legais, a partir de 1960 passam a sofrer grande influência da revolução cubana, e acabam modificando suas propostas, que cada vez mais se aproximam de uma revolução social. Um dos seus setores foi responsável, entre 1961 e 1962, por uma tentativa frustrada de implantação de um campo de treinamento guerrilheiro em Goiás com ajuda direta de Cuba (SALES, 2005).

Diante da aproximação das Ligas Camponesas da revolução cubana, e dos pronunciamentos de seu líder afirmando que Cuba deveria servir de exemplo para a luta revolucionária no Brasil²³, Giocondo Dias, dirigente do PCB, partiu em defesa do programa de seu partido. O motivo que o levou à polêmica foi uma palestra proferida por Francisco Julião, na qual ele teria defendido que nas condições brasileiras se poderia fazer uma revolução imediatamente socialista, sendo que esta seria inicialmente impulsionada pelos camponeses e não pela classe operária. Além disso, negara qualquer caráter revolucionário à burguesia nacional, o que ia de encontro aos pilares da política pecebista.

Para o dirigente do PCB, a origem das afirmações de Julião estaria em uma interpretação falsa da experiência cubana. Segundo Giocondo Dias, o representante das Ligas não compreendera que a revolução cubana mostrava exatamente que para se chegar ao socialismo seria necessário previamente passar por uma etapa democrático-burguesa. O que aconteceu em Cuba foi uma transição rápida entre as etapas, não significando que tais etapas não tivessem existido. Quanto ao papel das classes na luta revolucionária do povo cubano, Dias afirma que em Cuba a revolução só adquiriu o caráter socialista a partir do momento em que a direção do proletariado se afirmou de maneira incontestável. Diante dessas falsas interpretações, lembra quais lições os revolucionários brasileiros deveriam extrair:

[...] as tarefas que temos hoje pela frente, repetimos, não são as de uma revolução socialista, mas sim as de uma revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. (...) Para que essa revolução se torne vitoriosa impõe-se hoje no Brasil a formação da frente única de todas as forças da sociedade brasileira interessadas na libertação nacional, na democracia, no progresso e na paz. Essa frente única se destina a conquistar um governo de coalizão que promova as transformações de estrutura que as condições reclamam²⁴.

Mais um exemplo de preocupação com o rumo que começava a tomar no Brasil as interpretações sobre a revolução cubana, e as suas implicações para o movimento revolucionário no país, veio do secretário geral do PCB, Luis Carlos Prestes. O dirigente, ainda antes do golpe militar de 1964, reclamava de grupos que propunham a luta armada como estratégia revolucionária para o Brasil. Em uma entrevista ao jornal cubano *Hoy*, em março de 1963, afirmava Prestes:

[...] há pessoas que equivocadamente acreditam que o melhor apoio a Cuba seria dar começo a uma luta armada no Brasil para depor o Governo. Nas atuais condições do Brasil isso seria completamente falso. Isolaria os comunistas das massas e facilitaria o trabalho daqueles que pressionam o Governo

no sentido de romper as relações com o Governo cubano. A política dos comunistas tampouco é compreendida por algumas pessoas que chegam a supor que somos contrários à II Declaração de Havana (...). Os comunistas do Brasil pensam que interessa às massas fazer todos os esforços para utilizar as possibilidades existentes do caminho pacífico para a revolução no Brasil²⁵.

O PCB foi relativamente feliz na defesa de seu programa político nos primeiros anos da década de 1960, na medida em que, mesmo com o surgimento de outras correntes comunistas, conseguiu permanecer como o partido mais importante no espectro das esquerdas²⁶. Particularmente durante o governo de João Goulart, parecia que o seu programa estava se concretizando nas *reformas de base* e na ampla frente política nacionalista que existia no país. Entretanto, as críticas a esse programa, que se anunciavam nestes mesmos anos, explodiram com a vitória dos militares no golpe de primeiro de abril de 1964. Nesse momento, quando o PCB foi responsabilizado pela grande derrota das forças populares diante dos golpistas, e muitos setores do partido e das esquerdas passaram a procurar novos caminhos para a revolução brasileira, a influência do modelo cubano se fez sentir com mais força dentro do partido.

O golpe, a luta armada e a revolução cubana

Ainda que a problemática da luta armada estivesse presente na discussão de setores das esquerdas antes de 1964, mesmo que de forma incipiente, foi certamente após o golpe que ela ganhou força e incidiu na crise política que se abateu sobre o PCB (SALES, 2005). Permeando a discussão sobre o caminho armado, direta ou indiretamente, estava a influência da revolução cubana, que a partir de então foi tomada por setores contrários ao partido como fonte de argumento para as suas críticas. Ao mesmo tempo, o exemplo de Cuba servia como inspiração para a formulação do incipiente projeto político que esteve na origem de grande parte das organizações da Nova Esquerda que pegou em armas contra a ditadura militar.

Marco Antonio Coelho, o mesmo que escrevera um artigo em 1961 demonstrando a importância da revolução cubana para o desenvolvimento da luta revolucionária no Brasil, foi testemunha, após o golpe de 1964, de como a influência do foquismo causou danos ao PCB. Para Coelho, isso se explica pela derrota sofrida pelo partido em 1964 e a decorrente e compreensível busca de outra estratégia política. Nesse ponto, enquanto o PCB propunha um paciente trabalho de acumulação de forças, que somente apresentaria resultados no futuro, a experiência cubana revestia-se de um atrativo fundamental: “a promessa de rápido e brilhante sucesso em contraste com o demorado e cinzento [caminho] traçado pelo PCB”. O dirigente relata em suas memórias o episódio de uma reunião que participou com o setor universitário do partido em 1966, na qual, ao terminar uma longa exposição sobre a situação política do país e da ditadura militar, percebeu que tudo o que dissera havia “caído no vazio” diante da influência da “opção pelo caminho trilhado por Guevara e Marighela” (2000, p. 320-321).

Nos dois primeiros anos após o golpe, o PCB agiu com cautela em relação às divergências com o projeto revolucionário cubano. Ele saudou com entusiasmo a realização da I Conferência Tricontinental de Solidariedade aos povos da África, Ásia e América Latina, realizada em Havana entre 3 e 15 de janeiro de 1966. Sobre o evento, o PCB destacou seus aspectos de luta contra o principal inimigo do desenvolvimento dos países desses continentes: o imperialismo norte-americano. Além disso, permanece a defesa de Cuba socialista, “primeiro território livre da América”²⁷.

Na reunião foi eleito um órgão executivo para a então criada “Organização de Solidariedade aos povos da África, da Ásia e da América Latina” e um “Comitê de assistência e ajuda”, do qual o Brasil tomou parte. O objetivo do organismo era o de prestar auxílio aos povos que lutavam “de arma na mão, ou por outros meios à sua escolha”, por sua libertação nacional ou contra uma agressão do imperialismo²⁸. Após a Conferência, aproveitando-se da representação de quase todos os países da América Latina, foi criado também um organismo regional, denominado Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), do qual também o Brasil tomou parte. Na mesma ocasião ficou decidida a realização, em 1967,

da I Conferência Latino-americana de Solidariedade. Entretanto o PCB, que participara ativamente da Conferência Tricontinental e da organização regional, não esteve presente no ano seguinte na I Conferência da OLAS. Foi exatamente entre as duas conferências que as divergências entre o PCB e os cubanos se agravaram.

O PCB, pelo menos desde o mês de junho de 1967, se queixava de que a OLAS, em seus comunicados e declarações, se manifestava publicamente a favor da luta armada, entendendo-a como a única forma de luta revolucionária, o que estaria em desacordo com as recomendações da Tricontinental, uma vez que esta se referia a “todas as formas de luta, conforme as condições concretas específicas de cada país”. Além disso, o Comitê dirigente da organização estaria tentando ditar normas para o movimento revolucionário nos diversos países do continente, desrespeitando os respectivos partidos marxistas-leninistas nacionais, o que dificultaria a participação do PCB na reunião marcada para agosto²⁹.

O PCB, de fato, não participou da reunião da OLAS e justificou a sua ausência alegando que os organizadores resolveram constituir no Brasil um Comitê Nacional da OLAS, do qual deveriam fazer parte o PCB e outras forças políticas, entre as quais “conhecidos renegados e fracionistas”, o que era inaceitável. Discordava ainda da tentativa de tornar esse órgão um centro para orientar o movimento revolucionário no Brasil. Por fim, condenava os ataques que a organização estava fazendo aos partidos comunistas no continente, principalmente ao Partido Comunista da Venezuela³⁰.

Foram várias as motivações que levaram o PCB a se chocar publicamente com os cubanos. De um lado, a preparação e a realização da OLAS, que representou uma declaração e um chamado a todos os revolucionários do continente para que seguissem o caminho das armas e abandonassem a política até então seguida pelos comunistas. De outro lado, se agravava o debate interno no PCB sobre a responsabilidade da derrota de 1964 e a elaboração de uma estratégia revolucionária para enfrentar a ditadura implantada. Neste último caso, o exemplo cubano não passava despercebido para os setores partidários que estavam voltados para uma crítica profunda da política seguida pelo PCB. As divergências no interior do partido sobre as mudanças em sua linha política e o papel da luta armada,

inspirado pela revolução cubana, explodiriam no decorrer de 1967 e estiveram imbricadas com eventos importantes, como a expulsão de Carlos Marighella, em agosto, e os debates preparatórios para o VI Congresso, realizado em dezembro.

Em meados de 1967, como vimos acima, o PCB se negou a participar da OLAS. Ainda assim, Marighella não somente participou do evento como concedeu entrevistas em Havana criticando a passividade da política do PCB. De volta ao Brasil, expulso do partido, ele criou, em fevereiro de 1968, o Agrupamento Comunista de São Paulo e, em agosto, a Ação Libertadora Nacional (ALN). A nova organização rompeu com o modelo político e teórico do PCB e propôs a luta armada para a libertação do país do imperialismo e da ditadura militar, estabelecendo ligações com o regime cubano (SALES, 2007a). O caminho trilhado por Marighella foi seguido por amplos setores partidários, que também saíram ou foram expulsos do PCB e criaram organizações que participaram da luta armada contra a ditadura militar, tendo em comum uma forte inspiração no foquismo³¹.

Ao PCB, diante da grave crise interna, restava fazer a defesa de sua linha política no decorrer dos debates preparatórios para o seu VI Congresso, realizado em dezembro de 1967. Logo no início, um dos participantes criticava os setores que pregavam a necessidade da luta armada, sem se preocupar em definir o sentido e seu modo de desenvolvimento. Para esse militante, a proposta viria de setores jovens e românticos do partido, o que seria até compreensível, e também de velhos militantes, que demonstravam “desespero” e “falta de perspectiva”. Além disso, os “esquerdistas” julgavam os programas e alianças políticas como “bagatelas superadas”. Não entendiam que a luta armada jamais poderia ser feita por pequenos grupos de comunistas e simpatizantes, mas somente “com a participação das massas, com um apoio mais ou menos ativo destas, quer no campo, quer nas cidades vizinhas.”³²

Se em um primeiro momento as críticas aos setores “esquerdistas” do partido se deram de forma genérica, sem se indicar a origem de tais concepções, logo se fez menção a presença da revolução cubana que estaria sendo usada como modelo. Foram constantes na tribuna de debates as críticas aos militantes que estariam

partindo de uma “ideologia pequeno-burguesa” ao não aceitar a revolução como um fenômeno histórico e de classe. Estariam tomando a revolução como um ato de “livre arbítrio”, que poderia ser realizada a qualquer momento e por qualquer classe social, independente das “condições objetivas”. A revolução estaria sendo entendida como obra de personalidades que, com seus exemplos espetaculares, impulsionariam as massas para a luta armada num ritmo crescente, até a chegada à insurreição generalizada. Essas idéias, que seriam a negação do marxismo-leninismo, estariam, segundo um dos participantes do debate, em curso no interior do partido e viriam de setores:

[...] *supostamente apoiadas na experiência da revolução cubana, que seus portadores pretendem que seja modelo único e obrigatório para o nosso país.* Os camaradas portadores dessas concepções aceitam e divulgam a negação feita por ideólogos pequeno-burgueses da validade atual das condições descobertas por Lênin como necessárias para o êxito de uma revolução, e pregam o “*foco guerrilheiro*” – ação de um grupo armado que se instala em uma serra ou floresta e se declara em revolução – como suficiente para desencadear no país um processo revolucionário de luta armada de massas, quaisquer que sejam as condições político-sociais existentes. Implicitamente esses camaradas aceitam igualmente as teses de tais ideólogos de que o proletariado está acomodado e perdeu sua condição revolucionária, de que os partidos comunistas se constituem hoje num anacronismo histórico e de que a capacidade revolucionária passou hoje para as mãos da pequena burguesia (para o campesinato, segundo uns; para os estudantes, segundo outros).³³

A defesa teórica mais completa da linha partidária, diante da pressão exercida em suas fileiras pela inspiração da revolução cubana, veio com um longo artigo assinado por Simão Bonjardim (pseudônimo de Renato Guimarães)³⁴. No auge da crise interna, o dirigente, ao criticar o livro de Régis Debray *Revolução na revolução?*, fez um balanço do significado do foquismo para a estratégia revolucionária no continente americano. Com isso, tentava dissuadir os setores

partidários que estavam cada vez mais distantes das orientações do núcleo dirigente e próximos do ideário revolucionário cubano. Para Guimarães, os esforços teóricos de Régis Debray estavam concentrados em três direções. Em primeiro lugar, procurava impor a guerrilha como fórmula obrigatória para o movimento revolucionário da América Latina, “calcado numa interpretação falsa do processo revolucionário em geral e numa interpretação errada dos processos da revolução cubana em particular”. Em segundo lugar, objetivava desacreditar a categoria marxista-leninista da crise revolucionária e fazer o enterro histórico da luta de classes e das massas como forças motrizes da revolução, substituindo-as por uma guerrilha conduzida por uma minoria heróica. Finalmente, nessa concepção, o partido comunista era substituído por uma liderança de “caudilhos” saídos da “pequena-burguesia”³⁵. O grande problema dessa teoria, segundo Renato Guimarães, seria o de não fundamentar as suas críticas ao modelo de revolução leninista, e isso, nenhum deles o fazia,

[...] nem Debray, nem Marighella, nenhum outro. Contentam-se em dar seu palpite, e pronto. Na verdade, pretendem desenterrar o blanquismo, voltar, aí sim, à pré-história do movimento revolucionário socialista e ao domínio neste das concepções pequeno burguesas³⁶.

O processo de divergência do PCB com a revolução cubana teve seu desfecho no VI Congresso do partido, realizado em dezembro de 1967. Nesse momento, ao mesmo tempo em que foi oficializada a saída e a expulsão dos setores chamados de “radicais” ou “fidelistas”, esclareceu-se definitivamente o seu posicionamento frente à pretensão dos cubanos irradiarem seu modelo revolucionário para toda a América Latina. Sem exagerar o papel da problemática cubana no interior do PCB, pode-se afirmar que em torno dela se deu parte substancial dos debates preparatórios para o Congresso. É o que podemos perceber na leitura do “Informe de balanço do CC ao VI Congresso”, documento elaborado pela Comissão Executiva resumindo as discussões feitas até a realização do conclave. Neste documento, a influência cubana aparece de forma clara nas discussões sobre temas importantes do congresso, como a

análise da situação internacional, o caráter da revolução, as classes que deveriam compor a frente política e o papel da luta armada (NOGUEIRA, 1980, p. 71-152).

Para o Comitê Central do PCB, a origem dos erros dos militantes que acusavam a linha política de “direitista” residia numa falsa avaliação da correlação de forças no quadro mundial, em que consideravam os problemas de um ponto de vista exclusivamente militar. Não levavam em conta o caráter fundamentalmente político do conflito que envolvia o imperialismo, os países socialistas, o movimento operário internacional e o movimento democrático e de libertação nacional, sem, tampouco, considerar que o mais importante era a luta pela paz. Daí não compreenderem o esforço da URSS e do MCI em limitar os focos de guerra e paralisar “o braço do agressor imperialista” (*Ibidem*, p. 93-94).

Outra tese que deveria ser combatida nas fileiras partidárias era a concepção de que a revolução seria o resultado da “ação heroica de alguns indivíduos”, ou de pequenos “grupos audaciosos”, expressa no lema “*o dever de todo revolucionário é fazer a revolução*”. Essa posição estaria sendo propugnada por todos aqueles que insistiam na criação de “focos guerrilheiros” no interior do país, os quais poderiam desencadear o processo revolucionário e levar as massas à revolução “independentemente das condições objetivas e subjetivas indispensáveis”, tudo isso justificado com a experiência revolucionária cubana. Entretanto, esses grupos reduziam os acontecimentos históricos de Cuba à criação das guerrilhas na *Sierra Maestra* por Fidel Castro. Para a direção PCB, tais setores:

[...] silenciam a respeito da amplitude da frente única contra a tirania de Batista. Não levam em conta o acerto da orientação prática de concentrar-se o fogo contra a ditadura. Escamoteiam a evolução do quadro econômico e político em Cuba, o qual, sob a tirania, marchava para a situação revolucionária que levou à greve geral, cuja importância, segundo o próprio Fidel Castro, foi decisiva nos acontecimentos, e que teve a participação ativa e dirigente dos comunistas (*Ibidem*, p. 94-95).

Também se apoiando na experiência do povo cubano, haveria os que se opusessem a tese do Comitê Central de que o caráter da revolução brasileira, em sua etapa “atual”, seria nacional e democrático e, embora não admitindo claramente, partiam do pressuposto de que a revolução deveria ser, desde o princípio, socialista. Por fim, havia a crítica de que as teses não assumiam a luta armada como a “única e exclusiva forma de luta contra a ditadura” que poderia levar à vitória. A essa crítica, os dirigentes responderam que não se podia pensar a revolução brasileira nos limites “estreitos dos esquemas deduzidos das experiências de outros povos” e que o caminho da revolução brasileira estaria sendo elaborado através da prática do movimento democrático e revolucionário, nas condições particulares de Brasil, não sendo, jamais, mera cópia da revolução na Rússia, na China ou em Cuba (*Ibidem*, p. 100). Finalmente, o PCB sintetizou as características do grupo que fazia oposição às teses, não deixando dúvidas quanto à influência do modelo revolucionário cubano. Para o Comitê Central, tais setores:

[...] defendem uma política que dispensa a consideração das condições objetivas, ou que supões existir na realidade, já pronta ou iminente, numa situação revolucionária que apenas existe em suas cabeças. Tal grupo quer reviver com roupas “novas” de guerrilhas, a concepção de revolução feita por a partir de ‘focos’ insurrecionais aventureiros, desligados do movimento real das massas. Quer substituir o Partido marxista-leninista por um agrupamento militarizado de revolucionários, obediente à sapiência e ao gênio de caudilhos (*Ibidem*, p. 135).

O VI Congresso fechou um ciclo importante da história do PCB que havia se iniciado com a publicação da *Declaração de março de 1958*. Esse período, marcado pela proposta de uma ampla frente política, com a presença importante da burguesia nacional, para, através do caminho pacífico, fazer uma revolução democrático-burguesa no Brasil, que parecia se materializar na atuação partidária no pré-64, entrou em crise com o golpe de abril. Nesse momento, amplos setores do partido questionaram a validade da política de

união nacional até então praticada, passando a fazer novas propostas que se distanciaram da tradição ideológica do PCB. Entre estas, estava o uso da luta armada, sob forte inspiração e influência da revolução cubana. No final do VI Congresso tais propostas foram derrotadas e seus proponentes expulsos do PCB, que por sua vez também não se pode dizer vitorioso, na medida em que, desde então, perdeu força, prestígio político e centenas de militantes, entrando em uma crise política e organizacional da qual jamais se recuperou.

A partir do VI Congresso, a relação do PCB com a revolução cubana se manteve no patamar de uma crítica constante às tentativas dos cubanos exportarem o seu modelo revolucionário e influenciarem, assim, a luta política no Brasil. Ao mesmo tempo, o partido se esforçou em convencer às organizações da Nova Esquerda do desastre político de sua opção pela luta armada. Insistiu na defesa de seu programa político de lenta acumulação de forças, no momento em que o restante da esquerda comunista se preparava para pegar em armas contra a ditadura militar. Para o PCB, certamente essa opção redundaria em fracasso e, em maio de 1968, antes da “imersão geral na luta armada”, para usar a expressão de Jacob Gorender, já apontava como exemplo da inviabilidade desse caminho as

[...] levandades de Julião e Brizola, o protesto dos sargentos de Brasília, a tentativa do coronel Jeferson Cardim no Paraná e o núcleo da serra do Caparaó, principalmente. A isso pode ser acrescido ainda o que se passou na América Latina, nos influenciando de perto, e onde o sacrifício do valoroso Guevara, assim como de outros importantes revolucionários, são fatos ainda a serem serenamente analisados.³⁷

As críticas feitas à revolução cubana não impediram que o PCB, seguindo a tradição de evitar atritos com os países socialistas, continuasse apoiando à revolução em Cuba, mesmo que lhe fazendo restrições. Na Resolução Política do VI Congresso, afirmava que era seu dever: “impulsionar um amplo movimento de solidariedade à Revolução Cubana. Defendendo-a, defenderemos nossos próprios interesses, a liberdade, a dignidade e o futuro do nosso povo” (NOGUEIRA, 1980, p. 136). E, pouco tempo antes, havia prestado

toda a sua solidariedade contra o assassinato de Che Guevara: “exemplo de lealdade e abnegação à causa da libertação dos povos, dado por Guevara, continuará vivo no coração, na memória e na ação de milhões de outros combatentes pela libertação nacional e o socialismo”³⁸. Entretanto, não pode passar despercebido que, sem colocar em dúvida a sinceridade da homenagem prestada, os dirigentes do PCB não deixaram de afirmar, ainda que nas entrelinhas, o equívoco do revolucionário argentino nas terras bolivianas e do projeto de revolução socialista no continente. Mais uma vez o PCB reafirmava que o caminho era outro:

[...] contra o imperialismo norte-americano e seus agentes se unirão, sem dúvida, num processo que seguirá seu curso normal e atenderá às *particularidades da cada país e às tradições de cada povo*, os combatentes das Américas. Isto representa uma garantia de que, cedo ou tarde, sejam quais forem os sacrifícios impostos aos povos, a *revolução nacional-libertadora* e o socialismo triunfarão³⁹.

As críticas à influência cubana sobre o processo revolucionário brasileiro permaneceram até meados dos anos 1970, quando chegou ao fim o ciclo político da esquerda revolucionária no Brasil e o regime cubano, pressionado por problemas internos e pela União Soviética, recuou em sua tentativa de exportar o seu modelo revolucionário para o continente. Nesse momento, se tornou possível uma reconciliação do PCB com os dirigentes revolucionários de Cuba. Agora, porém, já no processo de abertura política brasileira, o partido começava a deixar de ser um protagonista importante entre as esquerdas brasileiras.

Conclusão

A relação do PCB com a revolução cubana se modificou no decorrer dos anos 1960. Passou pela defesa do processo revolucionário de Cuba; pelas divergências em torno da tentativa dos cubanos

interferirem nas formulações ideológicas e na prática política dos comunistas no Brasil e pela atração que o foquismo exerceu em suas fileiras. Enfim, passou pelo debate final travado durante o VI Congresso, que levou à saída de centenas de militantes descontentes com a linha oficial.

A ideia central que apresentamos neste artigo é a de que a influência da revolução cubana pode ser tomada como um dos elementos fundamentais para o entendimento da crise política que se abateu sobre o PCB na segunda metade dos anos 1960, na medida em que atingiu aqueles setores do partido que se voltaram para a adoção da luta armada contra a ditadura militar. Assim, diferente de outras análises que privilegiam as relações do PCB unicamente com o comunismo soviético, acreditamos que no decorrer da década de 1960 seja também fundamental entender a sua relação com o regime cubano, pois este era o ideário revolucionário que pressionava o partido a se pronunciar sobre as opções de estratégias de luta armada que se abriam diante da sua militância, obrigando-o a fazer a defesa de sua linha política.

Nesse caminho, a importância de se entender as relações entre o PCB e a revolução cubana reside no fato de grande parte do debate ideológico e político feito pelo partido no período de 1960 e 1967, sobretudo após o golpe militar de 1964, está permeado pela influência de Cuba sobre a sua militância. Dessa forma, acreditamos que o entendimento de seu projeto político fica substancialmente prejudicado se não se considerar tal influência que, diferentemente do caso da esquerda revolucionária, se deu não como exemplo a ser seguido, e sim como influência a ser combatida, mas nem por isso constituindo-se em elemento menos importante para o entendimento da história do PCB.

The Brazilian Communist Party (PCB) and Cuba in the 60's: defending the revolution and criticizing the foco theory.

Abstract. This article analyzes the relationship between the Brazilian Communist Party (PCB) and the Cuban revolution of the 60's. Our analysis is based on the assumption that the Cuban revolution represented a landmark in the history of socialism on the Latin-American continent. One of its outstanding features was

the divergence between the communist parties and the Cuban, insofar as those parties were questioning several aspects of the communist proposals.

Keywords: Brazilian Communist Party (PCB). Cuban Revolution. Decade of the 1960's.

Notas

¹ Retomamos neste texto discussões que fizemos em nossa tese de doutorado (SALES, 2005).

² Para os objetivos deste artigo, amparado nos documentos das organizações comunistas do período, tomaremos como sinônimos termos como *foquismo*, *guevarismo*, *castro-guevarismo* e *debraysmo*. Empregamos esses termos aqui de forma ampla, como eram utilizados entre as esquerdas nos anos 1960, caracterizando movimentos que, influenciados pela revolução cubana, acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista através da *guerra de guerrilhas* e sem a presença de um partido comunista. Acreditava-se que esse era caminho adequado para a América Latina e que as condições objetivas estavam prontas, restando criar as subjetivas, tarefa esta que a presença do *foco guerrilheiro* se encarregaria. Uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros, e estes conseguiriam aumentar o seu potencial ofensivo até a tomada do poder. Durante o processo revolucionário, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas. Ver a esse respeito as obras de Régis Debray (s/d.) e Che Guevara (1981). Uma síntese dos textos destes autores pode ser vista em Carlos Alberto Barão (2003) e em Saint-Pierre (2000).

³ Sobre as questões suscitadas pela revolução cubana, ver (GARCIA, 1997) e (SALES, 2005).

⁴ Estamos nos referindo à política delineada na “Declaração de Março de 1958” e na “Resolução Política do V Congresso”, que, de uma forma geral, balizam a atuação do partido nos anos 1960. Sobre a história do PCB entre as décadas de 1960 e 1970, ver: SEGATTO, 1995; SANTOS, 1988; REIS FILHO, 2002; CARONE, 1973; PACHECO, 1984; VINHAS, 1982 e CHILCOTE, 1982.

⁵ Pedro Pomar. “Solidariedade à Revolução Cubana”. Novos Rumos (N. R. de agora em diante) 6 a 12/11/1959. Em sua análise sobre a influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira, Emir Sader refere-se a leitura que o PCB (e os “nacionalistas em geral”) fez da revolução cubana como “suave”, na medida em que ressaltava “as rupturas com o imperialismo e com o latifúndio como plataforma nacional, democrática e popular”(1991, p 176).

⁶ Blas Roca. “Que tipo de revolução é esta?” N. R. 6 a 12/11/1959. Sobre o significado do movimento revolucionário, ver ainda: “Cuba: a revolução não foi comunista nem anticomunista”. N. R. 8 a 14 /05/1959 e “Fidel: o bem-estar do povo se consegue com medidas revolucionárias”. N. R. 8 a 14/05/1959.

⁷ Pedro Pomar. “Solidariedade à revolução cubana”. N. R. 6 a 12/11/1959.

⁸ Luis Carlos Prestes. “Em defesa de Cuba”. N. R. 20 a 26/01/1961 (grifo nosso). No mesmo caminho, ver: Mário Alves. “O que Giron nos ensina”. N. R. 28/04 a 04/05/1961; “Cuba: vanguarda e farol da América”. N. R. 14 a 20/07/1961 e Paulo Derengoski. “O sentido da II Declaração de Havana”. N. R. 1 a 7/06/1962.

⁹ Luis Carlos Prestes. “Em defesa de Cuba”. N. R. 20 a 20/01/1961.

¹⁰ Marco Antonio Coelho. “Nossos deveres frente à revolução cubana”. N. R. 30/12/60 a 05/01/1961. (grifo nosso).

¹¹ Sobre o surgimento do socialismo em Cuba ver: “Cuba: vanguarda e farol da América”. N. R. 14 a 20/07/1961 e “Fidel anuncia o nascimento da revolução socialista em Cuba”. N. R. 5 a 11/05/1961.

¹² Segundo Wladimir Pomar, a influência da revolução cubana se fez sentir nas teses para o V congresso do PCB, realizado em 1960. Sobre tudo aqueles setores “mais engajados nas idéias de um caminho pacífico, haviam torcido o nariz para a vitória de Fidel e seus guerrilheiros”, e afirmavam que o que acontecera em Cuba teria sido “uma exceção à regra”. (POMAR, 2003, p. 234).

¹³ “O caminho pacífico da revolução”. N. R, 20 a 26/3/1959.

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ *Ibidem.*

¹⁶ Mário Alves. “Um estudo marxista sobre a Revolução Cubana”. N. R. 23 a 29/06/1961.

¹⁷ *Ibidem.*

¹⁸ *Ibidem.*

¹⁹ *Ibidem.*

²⁰ Jacob Gorender. “Ensinamentos de uma grande revolução”. N. R. 7 a 13/07/1961.

²¹ Jover Telles. “Cuba: vanguarda dos povos da América”. N. R. 7 a 13/07/1961.

²² Além das organizações comunistas que surgem no início dos anos 60, é preciso lembrar a presença desde anos 30 da corrente trotskista no país, que sempre questionou às teses do PCB. Ver a esse respeito: (KAREPOVS & NETO, 2002, p. 103-155).

²³ Sobre os diversos grupos nos anos 1960, ver: SALES, 2005 e 2007b; GORENDER, 1998; RIDENTI, 1993 e REIS FILHO, 1990.

²⁴ Ver a esse respeito diversos artigos no jornal da organização chamado *Liga*, dirigido por Francisco Julião, entre os quais “Em Cuba está o exemplo!”. *Liga*, 3/04/1963.

²⁵ Giocondo Dias. “Teses errôneas e nocivas”. N. R. 29/06/ a 05/07/1962. Ver ainda a resposta de Francisco Julião a este artigo, “Giocondo Dias, os comunistas e a revolução brasileira”. N. R. 10 a 16/08/1962, e a tréplica do dirigente do PCB, Giocondo Dias. “Etapas da revolução e frente única”. N. R. 17 a 23/08/1962.

²⁶ “Caminho da revolução pode ser pacífico. Entrevista de Luis Carlos Prestes em Havana”. N. R. 1 a 9/05/1963.

²⁷ Estamos nos referindo à esquerda comunista brasileira, portanto não tratamos aqui do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

²⁸ A apreciação do PCB sobre a Conferência Tricontinental, ver: “O Brasil e a conferência de Havana”. *Voz Operária*. janeiro de 1966 (V. O. de agora em diante) e “A conferência tricontinental, novo marco na luta antiimperialista”. V. O. março de 1966.

²⁹ “A conferência tricontinental, novo marco na luta antiimperialista”, op. cit.

³⁰ “A situação internacional e as tarefas do partido”. V. O. junho de 1967.

³¹ “Nosso partido e a Conferência da OLAS”. V. O. setembro de 1967.

³² Apolônio de Carvalho, membro do PCB e futuro líder do PCBR, em suas memórias, relata a influência que o foquismo exerceu no debate travado internamente no PCB após o golpe de 1964, sobretudo das idéias defendidas por Régis Debray. (CARVALHO, 1997 p. 198-199).

³³ Décio Correia. “Sobre a luta armada”. V.O. 15/01/1967 (Tribuna de debates do VI Congresso).

³⁴ Vinicius de Andrade. “Sobre a luta armada”. V. O. outubro de 1967. (grifo nosso).

³⁵ O artigo foi dividido em três partes e publicado nas edições do jornal Voz Operária dos meses de setembro, outubro e novembro. A informação de que Simão Bonjardim é o pseudônimo de Renato Guimarães é de Luis Mir (1994, p. 225).

³⁶ Simão Bonjardim. “A revolução e a revolução de Régis Debray I”. V. O. setembro de 1967.

³⁷ Simão Bonjardim. “A revolução e a revolução de Régis Debray II”. V. O. outubro de 1967.

³⁸ B. M. Beto. “A luta armada na revolução brasileira”. V. O. maio de 1968.

³⁹ “Guevara: exemplo de lealdade e abnegação”. V. O. Novembro de 1967.

⁴⁰ *Ibidem*, grifo nosso.

Referências

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel

O Partido Comunista Brasileiro e Cuba nos anos 1960...

- Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Edit. Da UNICAMP, v. I, p. 259-316, 2003.
- CARONE, Edgard. O PCB (1922-1982). Rio de Janeiro: Bertrand, 1973, 3 v.
- CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COELHO, Marco Antonio. *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d.
- GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução: trajetórias. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, p. 37-47, 1997.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- GUEVARA, Ernesto Che. *A guerra de guerrilhas*. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Edições Populares, vol 9, 1981.
- KAREPOVS, Dainis; NETO, José Castilho Marques. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 5, p. 103-155, 2002.
- LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MATOS, Almir. *Cuba: a revolução na América*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- MIR, Luís. *A revolução impossível. A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- MORAIS, D.; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- NOGUEIRA, Marcio Aurélio (Org.). *PCB: vinte anos de política – 1958-1979*. São Paulo: LECH, 1980.
- PACHECO, Eliezer. *O partido Comunista do Brasil (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.

PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBBSBAWM, Eric. J. História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 6, p. 333-357, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 5, p. 69-102, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, p. 157-183, 1991.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007a.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em História) - IFCH-UNICAMP, 2005.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil (PC do B): definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, v. VI, p. 63-103, 2007b.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e evolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

VINHAS, Moisés. *O partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

Recebido em 29/03/2010

Aprovado em 20/11/2010